

Parlamentares repudiam estatização da economia

A pesquisa do Idesp também apurou a opinião dos congressistas sobre as reformas necessárias para mudar o perfil do estado. Para que o País se adapte às importantes transformações políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas no Mundo desde a década de 80, a maioria (67%) considera necessário reduzir a intervenção do estado na economia. No campo das reformas exigidas para o Brasil se integrar nas recentes transformações mundiais, 80% citaram a aceleração da integração econômica latino-americana e 48% a redução das restrições aos investimentos estrangeiros e aos fluxos

de capital.

Quase a metade (46%) dos entrevistados concordou em que a ação estatal deve se restringir às áreas clássicas — da segurança, justiça e educação — enquanto menos de um terço (30%) se opõe a esta proposta. Foram mais mencionados como setores nos quais é necessária a atuação empresarial do estado petróleo (44%), rodovias (41%), energia elétrica (38%), telecomunicações (34%) e ferrovias (28%). Somente 14% consideram que deve permanecer a gestão estatal nos serviços portuários.

Os parlamentares apontaram com principais fatores de resis-

tência à privatização interesses corporativos dos empregados das estatais (57%), subavaliação de patrimônio público em benefício de investidores privados (56%), apelo a sentimentos nacionalistas com fins eleitorais (45%) e possibilidade de corrupção (45%). A falta de apoio da opinião pública foi citada por 41% dos entrevistados.

Ainda no campo da máquina do estado, quase três quintos dos parlamentares (59%) defendeu a estabilidade somente para os servidores públicos admitidos por concurso, contra 13% partidários dessa condição para todos os funcionários.